

Nome autor 1: Elsa Estrela

Instituição autor 1: CeIED - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

Contacto autor 1 (email): elsaestrela@gmail.com

Nome autor 2: Teresa Teixeira Lopo

Instituição autor 2: CeIED - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

Contacto autor 2 (email): teresa.lopo@ulusofona.pt

Nome autor 3: António Teodoro

Instituição autor 3: CeIED - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

Contacto autor 3 (email): a.teodoro@ulusofona.pt

Nome do autor que realiza a comunicação: Elsa Estrela, Teresa Teixeira Lopo e António Teodoro

Título: O movimento da *evidence-based education policy* e as políticas curriculares em Portugal.

Resumo:

O início formal do movimento que articula a política de educação à recolha de evidências científicas robustas, formalizada na designação política de educação baseada em evidências (evidence-based education policy), pode ser situado na década de 1970, em particular, a partir dos trabalhos de Rivlin (1971), Meltsner (1976) e Aaron (1978); impulso que se renova nos finais da década de 1990, abrangendo as políticas educativas e as práticas dos professores, com o contributo de vários autores (e.g., Davies, 1999, 2000; Davies, Nutley, & Smith, 1999, 2000; Hargreaves, 1996; Sebba, 2000; Slavin, 2002), que em comum assinalam à educação a tarefa de promover uma análise rigorosa das opções em termos de políticas e programas que seja capaz de fornecer inputs úteis aos decisores políticos (Head, 2015). De destacar, também, na formalização deste movimento, a influência dos trabalhos sobre a valorização do conhecimento e das competências como ativo estratégico (e.g., Teece, 1989; Winter, 1987), inspiradoras das análises comparadas entre a educação e outros setores económicos relativamente à produção, mediação e utilização do conhecimento e sobre os contributos da economia para essa análise (e.g., OECD, 2000).

Neste enquadramento, Davies (1999) definiu a educação baseada em evidências (evidence-based education) como aquela capaz de estabelecer evidências científicas através de práticas que atendam aos critérios de validade científica, elevada qualidade e relevância prática e em que, por conseguinte, os factos falam por si e a transição dos resultados da investigação para a política se apresenta como um processo linear (Rogers, 2003).

Nesta comunicação, propomo-nos, justamente, através da análise compreensiva de documentos legislativos e de política educativa, discutir o alcance do conceito de política de educação baseada em evidências ao nível das políticas curriculares em Portugal, centrando-nos nas políticas desenvolvidas pelos dois últimos governos constitucionais (2011-2019). Tal como em trabalho

anterior (Teodoro & Estrela, 2010), pretendemos identificar as agendas construídas a partir das evidências e como condicionam e influenciam as políticas curriculares nacionais, entendidas enquanto um processo de bricolage que revela os valores, princípios e interesses dominantes numa determinada época.

Partimos da hipótese de que os governos que resultam de alianças entre conservadores e neoliberais são menos permeáveis às agendas que decorrem destes mecanismos de governança.

Palavras-chave (mínimo 3, máximo 5): evidência; políticas curriculares; regulação; governação

Referências bibliográficas:

Aaron, H. J. (1978). *Politics and the professors: The great society in perspective*. Washington: Brookings.

Davies, P. (1999). What is evidence-based education? *British Journal of Educational Studies*, 47(2), 108–121.

Davies, P. (2000) The relevance of systematic reviews to educational policy and practice. *Oxford Review of Education*, 26(3/4), 365–378.

Davies, H. T., Nutley, S. M., & Smith, P. C. (1999). “What works”? The role of evidence in public sector policy and practice. *Public Money and Management*, (19)1, 3-5.

Davies, H. T., Nutley, S. M., & Smith, P. C. (Eds.). (2000). *“What works”? Evidence-based policy and practice in public services*. Bristol: The Policy Press.

Hargreaves, D. H. (1996). *Teaching as a research based profession: Possibilities and prospects*. London: Teacher Training Agency.

Head, B. W. (2015). Toward more “evidence-informed” policy making? *Public Administration Review*, 76(3), 472–484.

Kuznets, S. (1966). *Modern economic growth*. New Haven: Yale University Press.

Meltsner, A. J. (1976). *Policy analysts in the bureaucracy*. Berkeley: University of California Press.

OECD. (2000). *Knowledge management in the learning society*. Paris: OECD Publishing.

Rivlin, A. M. (1971). *Systematic thinking for social action*. Washington: Brookings Institution.

Rogers, B. (2003). Educational research for professional practice: More than providing evidence for doing ‘x’ rather than ‘y’ or finding the ‘size of the effect of A on B’. *The Australian Educational Researcher*, 30(2), 65-87.

Sebba, J. (2000). Education: Using research evidence to reshape practice. *Public Money and Management*, 20(4), 8-10.

Slavin, R. (2002). Evidence-based education policies: Transforming educational practice and research. *Educational Researcher*, 31(7), 15-21.

Teece, D. J. (1989). Capturing value from knowledge assets: The new economy, markets for know-how, and intangible assets. *California Management Review*, 40(3), 55-79.

Teodoro, A. & Estrela, E. (2010). Curriculum policy in Portugal (1995-2007): Global agendas and regional and national reconfigurations. *Journal of Curriculum Studies*, 42, 5, 621-647.

Winter, S. (1987). Knowledge and competence as strategic assets. In D. Teece, (Ed.), *The competitive challenge: Strategies for industrial innovation and renewal* (pp. 159-184). New York: Harper & Row, Ballinger Division.

Seleção da temática de apresentação (selecione apenas a opção que pretende com “X”):

1. Políticas e práticas da educação e do currículo (X)
2. Avaliação e qualidade educativa ()
3. Políticas e práticas de formação de professores ()
4. Educação e tecnologias digitais ()